



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 – CENTRO/SP - CEP: 01045-903
FONE: 3255-2044- FAX: Nº 3231-1518

PROCESSO CEE	573/2001 – Reautuado em 10/02/2015		
INTERESSADAS	UNESP / Faculdade de Engenharia do <i>Campus</i> de Guaratinguetá		
ASSUNTO	Adequação Curricular à Del. CEE nº 111/2012 – Licenciatura em Física		
RELATORA	Consª Rose Neubauer		
PARECER CEE	Nº 327/2015	CES	Aprovado em 01/7/2015

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

O Sr. Pró-Reitor de Graduação da UNESP encaminha a este Conselho os documentos para adequação curricular do **Curso de Licenciatura em Física**, oferecido pela Faculdade de Engenharia do *Campus* de Guaratinguetá, nos termos da Deliberação CEE Nº 99/2010.

O Processo foi baixado em diligência para que a Instituição se adaptasse à Deliberação CEE nº 111/2012, alterada pelas Deliberações CEE nºs 126/2014 e 132/2015.

1.2 APRECIÇÃO

A estrutura curricular do **Curso de Licenciatura em Física**, oferecido pela Faculdade de Engenharia da UNESP-Guaratinguetá, atende à:

- Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, que Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior;
- Resolução CNE/CES Nº 3, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e da outras providências;
- Resolução CNE/CES Nº 4, de 6 de abril de 2009, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos a integralização e duração dos cursos de graduação em Física.

Em atendimento à Deliberação CEE nº 111/2012, alterada pelas Deliberações CEE nºs 126/2014, 129/2014 e 132/2015, a Instituição apresentou Planilha do Curso de Licenciatura em Física da UNESP, *Campus* de Guaratinguetá.

2. CONCLUSÃO

Considera-se que a adequação curricular à Del. CEE nº 111/2012, alterada pelas Deliberações CEE nºs 126/2014 e 132/2015, do Curso de Licenciatura em Física, da Faculdade de Engenharia do *Campus* de Guaratinguetá, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” / UNESP, em vigência a partir do ano letivo de 2015, atende às normas deste Conselho.

A presente adequação tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação.

São Paulo, 22 de junho de 2015.

a) Cons^a Rose Neubauer
Relatora

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR adota, como seu Parecer, o Voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros: Bernardete Angelina Gatti, Guiomar Namó de Mello, Hubert Alquéres, João Cardoso Palma Filho, Márcio Cardim, Maria Elisa Ehrhardt Carbonari, Maria Helena Guimarães de Castro, Mário Vedovello Filho, Nina Beatriz Stocco Ranieri e Rose Neubauer.

Sala da Câmara de Educação Superior, em 24 de junho de 2015.

a) Cons^a Maria Helena Guimarães de Castro

Vice-Presidente

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara de Educação Superior, nos termos do Voto da Relatora.

Sala “Carlos Pasquale”, em 01 de julho de 2015.

Cons. Francisco José Carbonari
Presidente

PARECER CEE Nº 327/15 – Publicado no DOE em 02/7/2015	- Seção I - Página 32
Res SEE de 07/07/15, public. em 08/07/15	- Seção I - Páginas 26/27
Portaria CEE GP nº 290/15, public. em 09/7/15	- Seção I - Página 34

**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO**PLANILHA PARA ANÁLISE DE PROCESSOS**

AUTORIZAÇÃO, RECONHECIMENTO E RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE CURSOS DE LICENCIATURA
(DELIBERAÇÃO CEE Nº 111/2012 – conforme Publicação no DOE de 27/06/2014)
DIRETRIZES CURRICULARES COMPLEMENTARES PARA A FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

PROCESSO CEE Nº: 573/2001			
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: FACULDADE DE ENGENHARIA DE GUARATINGUETÁ- FEG- UNESP			
CURSO: FISICA (LICENCIATURA)	TURNOS/CARGA	HORÁRIA	Diurno: horas-relógio
	TOTAL: NOTURNO/ 2880h		Noturno: 2880 horas-relógio
ASSUNTO: Apresentação ao CEE-SP da adequação do curso à Deliberação 111/2012 incluindo projeto de estágio e ementas de disciplinas obrigatórias e optativas de conteúdo didático-pedagógico.			

1 - FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

CAPÍTULO II - DELIBERAÇÃO CEE-SP Nº 111/2012		PROPOSTA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
		DISCIPLINAS (onde o conteúdo é trabalhado)	Indicar somente os textos principais da Bibliografia Básica onde o conteúdo é contemplado
Art. 8º - Os cursos para a formação de professores dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio deverão dedicar, no mínimo, 30% da carga horária total à formação didático-pedagógica, além do estágio supervisionado e das atividades científico-culturais que contemplarão um sólido domínio dos conteúdos das disciplinas, objetos de ensino do futuro docente. (NR)			
Art. 9º - A formação científico-cultural incluirá na estrutura curricular, além dos conteúdos das disciplinas que serão objeto de ensino do futuro docente, aqueles voltados para: (NR)	Inciso I – práticas de leitura e de escrita em Língua Portuguesa, envolvendo a produção, a análise e a utilização de diferentes gêneros de textos, relatórios, resenhas, material didático e apresentação oral, entre outros; (NR)	INTRODUÇÃO A METODOLOGIA CIENTÍFICA	AGUIAR, Vera Teixeira de. A formação do leitor. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 104-116, v. 11. ALVES, Rubem. Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras, Ed. São Paulo Brasileira, 1986. ANDRADE, M. L. C. V. O. Resenha. São Paulo: Editora Paulistana, 2009. ANDRADE, M. L. C. V. de O. Língua: modalidade oral/escrita. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 50-67, v. 11. BARBOSA, J. P. Gêneros do discurso. In: PEC – Formação Universitária. São Paulo: Secretaria da



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

			Educação/PUC/USP/UNESP, 2002, p. 684-698. BRANDÃO, H. N. Gêneros do Discurso na Escola – Mito, Conto, Cordel, Discurso Político, Divulgação Científica. São Paulo: Cortez, 1999. KOCH, I. G. V. & ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual. 2ª. Ed., Contexto, São Paulo, 2010. LEITE, M. Q. Resumos. São Paulo: Editora Paulistana, 2006 MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. MARCUSCHI, Luiz Antônio. Compreensão textual como trabalho criativo. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 89-103, v. 11. WEG, R. M. Fichamento. São Paulo: Editora Paulistana, 2006.
	Inciso II - utilização das Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs) como recurso pedagógico e para o desenvolvimento pessoal e profissional.	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ENSINO DE FÍSICA	CARES, L.C, TENTOR, S.B. Ambientes de Aprendizagem. Edusc. 2004. COELHO, Rafael Otto; O uso da informática no ensino de física de nível médio. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas 2002. COUTINHO, C.; LISBOA, E. Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. Revista de Educação, Vol. XVIII, nº 1, 2011. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/14854/1/Revista_Educa%C3%A7%C3%A3o_VolXVIII,n%C2%BA1_5-22.pdf LUCENA C., FUKS H. A Educação na Era da Internet. Rio de Janeiro: Editora Clube do Futuro, 2000.

OBSERVAÇÕES:



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

2 - FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

CAPÍTULO II - DELIBERAÇÃO CEE-SP Nº 111/2012		PROPOSTA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
		DISCIPLINAS (onde o conteúdo é trabalhado)	Indicar somente os textos principais da Bibliografia Básica onde o conteúdo é contemplado
Art.10 - A formação didático-pedagógica compreende um corpo de conhecimentos educacionais, pedagógicos e didáticos com o objetivo de garantir aos futuros professores dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, as competências especificamente voltadas para a prática da docência e da gestão do ensino:	Inciso I – conhecimentos de História, Sociologia e Filosofia da Educação que fundamentam as ideias e as práticas pedagógicas; (NR)	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO; FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO; DIDÁTICA;	ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado . São Paulo: Martins Fontes, 1981. ARANHA, M. L. A. Filosofia da educação – 3ª Ed.. São Paulo: Moderna, 2006. BOFF, L. Ética e moral: a busca dos fundamentos . Petrópolis: Vozes, 2003. CHAUÍ, M. Convite à Filosofia . 12. Ed. São Paulo: Ática, 2006. CURY, Carlos Jamil. Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo . São Paulo: Cortez, 1989. DIMENSTEIN, Gilberto. O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos . 3ed. São Paulo: Ática, 1993. DURKHEIM, E. A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora. In: PEREIRA, L. FORACCHI, M. Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação . 12a ed. São Paulo: Ed. Nacional, p. 34 – 38,1985. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006 GADAMER, H. G. IN: Custódio de Almeida (Org.). Hermenêutica filosófica . Porto Alegre: Edipucrs, 2000. GADOTTI, M. História das ideias pedagógicas . São Paulo, Ática, 2004.
	Inciso II - conhecimentos de Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, que fundamentam as práticas pedagógicas nessa etapa escolar; (NR)	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	COLL, C.; PALACIOS, J. & MARCHESI, A. (Orgs) Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da Educação . Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. COLL, C. Psicologia e currículo , Editora Ática, São Paulo, 1996. PERONNETO, S. Psicologia da aprendizagem e do ensino , EPU/EDUSP, São Paulo, 1987. PIAGET, J. A epistemologia genética . São Paulo: Companhia das Letras, 1998. SKINNER, B. F. Ciência e comportamento humano . Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1970.



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

			VYGOTSKI, L. S. Pensamento e linguagem . São Paulo: Martins Fontes, 1989.
	Inciso III - conhecimentos sobre o sistema educacional brasileiro e sua história, para fundamentar uma análise crítica e comparativa da educação; (NR)	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO;	BISSOLLI DA SILVA, C. e MACHADO, L.M. Nova LDB: Trajetória para cidadania? Ed. Arte e Ciência, 1998. BRZEZINSKI, I. (org.) LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam, São Paulo: Cortez, 2005. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização, São Paulo: Cortez, 2003. MENESES, J. G. C. et al. Estrutura e Funcionamento da Educação Básica, Pioneira Thomson Learning, 2004. MENEZES, L.C. Formação Continuada de Professores de Ciências, Ed. Autores Associados, 1996 SAVIANI, D. A nova lei da educação-LDB, trajetória, limites e perspectivas, Autores Associados, 2004.
	Inciso IV - conhecimento e análise das diretrizes curriculares e currículos nacionais, estaduais e municipais em seus fundamentos e dimensões práticas que orientam e norteiam as atividades docentes; (NR)	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO; METODOLOGIA E PRÁTICA DO ENSINO DE FÍSICA;	BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996. BRASIL. MEC. SEF. Parâmetros Curriculares para o Ensino Fundamental. Brasília, 1998. BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB n. 14/99. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Indígena. Brasília, 14 de setembro de 1999. BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB n. 11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 10 de maio de 2000. BRASIL. Salto Para O Futuro: Educação Especial: Tendências Atuais. Brasília : MEC ; SEED, 1999. 95p. (Série estudos. Educação a distância ; 9). FERNANDES, J. F. O. Ensino de história e diversidade cultural:



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

			desafios e possibilidades. Caderno Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br MUNANGA, K. (Org.). Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: USP; Estação Ciência, 1996. SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Caderno do Professor: Física: 1ª série. v. 1, 2, 3 e 4. Ciências da Natureza e suas Tecnologias. São Paulo: SE, 2009. SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Caderno do Professor: Física: 2ª série. v. 1, 2, 3 e 4 Ciências da Natureza e suas Tecnologias. São Paulo: SE, 2009. SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Caderno do Professor: Física: 3ª série. v. 1, 2, 3 e 4 Ciências da Natureza e suas Tecnologias. São Paulo: SE, 2009. SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Curriculo do Estado de São Paulo: Ciências da Natureza e suas tecnologias /Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Luis Carlos de Menezes. – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2011.152 p.
	Inciso V - domínio dos fundamentos da Didática e das Metodologias de Ensino próprias dos conteúdos a serem ensinados, considerando o desenvolvimento dos alunos e a etapa escolar em que se encontram; (NR)	DIDÁTICA; METODOLOGIA E PRÁTICA DO ENSINO DE FÍSICA;	AMARAL, I. A. Os fundamentos do ensino de Ciências e o livro didático. In: FRA CALANZA, H.; MEGID NETO, J. (Orgs.). O livro didático de Ciências no Brasil. Campinas: Komedi, 2006. AULER, D. Movimento Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS): modalidades, problemas e perspectivas em sua implementação no ensino de física. In: Encontro de Pesquisa em Ensino de Física, 6, Resumos..., Florianópolis, 1998. AZEVEDO, M. C. P. S. de. Ensino por Investigação: Problematizando as atividades em sala de Aula. In: CARVALHO, A. M. P. de (org.). Ensino de Ciências: Unindo a Pesquisa e a Prática. São Paulo: Thomson, 2004.



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

			CORTELLA, M. S. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. 6a ed. SP: Cortez – Instituto Paulo Freire, 2002. HECKLER, V.; SARAIVA, M. F.O; FILHO, S. O. Uso de simuladores, imagens e animações como ferramentas auxiliares no ensino/aprendizagem de óptica. Rev. Bras. Ens. Fis., v. 29, n. 2, p. 267 - 273, 2007. SALES, G. L. ;VASCONCELOS, F. H. L. ; FILHO, J. A. PEQUENO, M. C. Atividades de modelagem exploratória aplicada ao ensino de física moderna com a utilização do objeto de aprendizagem de salto quântico. Rev. Bras. Ens. Fis., v. 30, n. 3, p. 3501, 2008. WEISSMANN, H. Didática das Ciências naturais: contribuições e reflexões. Porto Alegre, Editora Artmed. 1998.
	Inciso VI - domínio das especificidades da gestão pedagógica nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, com especial ênfase à construção do projeto político-pedagógico da escola, à elaboração dos planos de trabalho anual e os de ensino, e da abordagem interdisciplinar; (NR)	DIDÁTICA	ATAIDE, M. C. E. S; SILVA, B. V. C. As metodologias de ensino de ciências: contribuições da experimentação e da história e filosofia da Ciência. HOLOS, Ano 27, Vol 4, 2011. BARROSO, J. Autonomia e gestão das escolas. Lisboa: Ministério da Educação, 1996. CONTRERAS, J. Autonomia de professores. São Paulo: Cortez, 2002. GADOTTI, Moacir. Projeto político pedagógico da escola: fundamentos para sua realização. In: GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. (Org.). Autonomia da escola: princípios e propostas. 2. ed. São Paulo: Cortez, p.77-112, 1997.
	Inciso VII – domínio da gestão do ensino e da aprendizagem, e do manejo de sala de aula, de modo a motivar os alunos e dinamizar o trabalho em sala de aula; (NR)	DIDÁTICA; METODOLOGIA E PRÁTICA DE ENSINO DE FÍSICA;	ATAIDE, M. C. E. S; SILVA, B. V. C. As metodologias de ensino de ciências: contribuições da experimentação e da história e filosofia da Ciência. HOLOS, Ano 27, Vol 4, 2011. POLYA, G. A arte de resolver problemas (Tradução de How to solve it, 1945). Rio de Janeiro, Interciência, 1995. GASPAR, A.; MONTEIRO, I. C. C. Atividades experimentais de demonstrações em sala de aula: Uma



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

		ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO; DIDÁTICA;	análise segundo o referencial da teoria de Vygotsky. Investigação em Ensino de Ciências, Rio Grande do Sul, v. 10, n. 2, p. 227-254, 2005. LABURÚ, Carlos Eduardo; BARROS, Marcelo Alves; KANBACH, Bruno Gusmão. A Relação com o Saber Profissional do Professor de Física e o Fracasso da Implementação de Atividades Experimentais no Ensino Médio. Investigação em Ensino de Ciências, Rio Grande do Sul, v. 12, n. 3, p. 305-320, 2007. PEDUZZI, L. O. Q. (1997). Sobre a resolução de problemas no ensino da física. Caderno Catarinense de Ensino de Física, 14 (3), 229-253. RAMOS, Luciana Bandeira da Costa; ROSA, Paulo Ricardo da Silva. O Ensino de Ciências: Fatores Intrínsecos e Extrínsecos que Limitam a Realização de Atividades Experimentais pelo Professor dos nos Iniciais do Ensino Fundamental. Investigação em Ensino de Ciências, Rio Grande do Sul, v. 13, n. 3, p. 299-331, 2008. ROSA, C.W.; ROSA, A. B. Ensino de Física: objetivos e imposições no Ensino Médio. Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias Vol. 4 Nº 1 (2005). Disponível em: http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen4/ART2_Vol4_N1.pdf. Acessado em 14 de Nov de 2014. SANTOS, W.L.; MORTIMER, E.F. Tomada de decisão para ação social responsável no ensino de ciências. Ciência & Educação, v.7, n.1, p.95-111, 2001. VILLANI, Carlos Eduardo Porto; NASCIMENTO, Silvania Sousa. A Argumentação e o Ensino de Ciências: Uma Atividade Experimental no Laboratório Didático de Física do Ensino Médio. Investigação em Ensino de Ciências, Rio Grande do Sul, v. 8, n. 3, p.187-209, 2003. CHUEIRI M. S. F. Concepções sobre a Avaliação Escolar. Estudos em Avaliação Educacional, v. 19, n. 39, jan./abr. 2008. Disponível em
	Inciso VIII – conhecimentos sobre elaboração e aplicação de procedimentos de avaliação que subsidiem propostas de aprendizagem progressiva dos alunos e de recuperação contínua; (NR)		



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

		AValiação DA APRENDIZAGEM;	http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1418/1418.pdf GARCIA, R. L. A Avaliação e suas implicações no fracasso/sucesso In: ESTEBAN, M. T. (Org.). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 29- 49. HADJI, Charles. Avaliação desmistificada. Porto Alegre: Artmed, 2001. HAYDT, Regina Cazaux. Avaliação do processo ensino-aprendizagem. São Paulo: Ática, 1988. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2002. PERRENOUD, P. Avaliação: da existência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre:Ed. Artes Médicas, 1999. SARMENTO, Diva Chaves (Org.) O discurso e a prática da avaliação na escola. São Paulo: Pontes, 1997.
	Inciso IX – conhecimento, interpretação e utilização na prática docente de indicadores e informações contidas nas avaliações do desempenho escolar realizadas pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Estadual de Educação. (NR)	METODOLOGIA E PRÁTICA DO ENSINO DE FÍSICA; AValiação DA APRENDIZAGEM;	AFONSO, Almerindo Janela. Avaliar a escola e a gestão escolar: elementos para uma reflexão crítica. In: ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). Escola, currículo e avaliação. São Paulo: Cortez, 2003. (Série Cultura, Memória e Currículo, v. 5). p. 38-56. AFONSO, Almerindo Janela. Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. ANDRADE, Dalton Francisco de. Comparando desempenhos de grupos de alunos por intermédio da teoria da resposta ao item. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, n. 23, p. 31-70, jan./jun. 2001. BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

			BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Exame Nacional do Ensino Médio: Documento Básico. Brasília, 1998. BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Inclusão de Ciências no Saeb: documento básico. – Brasília : Brasília: MEC / Inep, 2013. 36 p. BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Saeb 2001: Relatório nacional. Brasília: MEC / Inep, 2002a. BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Saeb 2001: novas perspectivas. Brasília: MEC / Inep, abr. 2002b. 106 p. BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.. Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 8ª série do ensino fundamental. Brasília: MEC / Inep, dez. 2003b. BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 3ª série do ensino médio. Brasília: MEC / Inep, jan. 2004a. BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Prova Brasil: avaliação do rendimento escolar. Brasília: MEC / Inep, 2006. CASTILLO ARREDONDO, Santiago; CABRERIZO DIAGO, Jesús. Práticas de avaliação educacional: materiais e instrumentos. Tradução de Sandra Martha Dolinsky. Curitiba: Ibepex; São Paulo: Unesp, 2009. 386 p. [Original 2003] CASTRO, M.H.G. Sistemas de avaliação da educação no Brasil: avanços e novos
--	--	--	--



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

			desafios. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>; <www.scielo.br>. Acesso em: 21/4/2015. DALBEN, Adilson. Avaliação institucional na escola de educação básica: uma aproximação orientada pelos princípios da participação. Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, v. 20, n. 35, p. 133-146, jul./dez. 2010. FELIPE, Jesse Pereira. Uma análise crítica do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo: SARESP. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999. FERNANDES, Reynaldo. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2007. 26 p. (Série Documental. Textos para Discussão, 26). FLETCHER, Philip R. A Teoria da Resposta ao Item: medidas invariantes do desempenho escolar. Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 21-28, jan./mar. 1994. FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Educação Contemporânea). FREITAS, Luiz Carlos Ciclos, seriação e avaliação: confronto de lógicas. São Paulo: Moderna, 2003. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1996. OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Avaliações externas podem auxiliar o trabalho pedagógico da escola? In: EDUCAÇÃO: fazer e aprender na cidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2008. 240 p. p. 230-237. ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICOS
--	--	--	--



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

			(OCDE). Estrutura e avaliação do PISA 2003: conhecimentos e habilidades em matemática, leitura, ciências e resolução de problemas. Tradução B&C Revisão de Textos. São Paulo: Moderna, 2004. ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICOS (OCDE). Fatores que interferem no desempenho das escolas: analisando sistemas escolares através do prima do Pisa 2000. São Paulo: Moderna, 2006. PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação da aprendizagem - entre duas lógicas, Artes Médicas, Porto Alegre, 1999. RODRIGUES, Margarida Maria Mariano. Avaliação educacional sistêmica na perspectiva dos testes de desempenho e de seus resultados: estudo do Saeb. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. MATRIZES DE REFERÊNCIA PARA AVALIAÇÃO SARESP: Ensino Fundamental e médio. São Paulo: S E, 2009. SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Relatório dos estudos do SARESP 2012. São Paulo: SE, 2013. SOARES, J.F. Índice de desenvolvimento da Educação de São Paulo – Idesp: bases metodológicas. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 23, n. 1, p. 29-41, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>; <www.scielo.br>. Acesso em: 21/4/2015. SORDI, M. R. L.; LUDKE, M. Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n2/a05v14n2. SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian; FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. Políticas
--	--	--	--



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

			de avaliação e gestão educacional: Brasil: década de 1990 aos dias atuais. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 40, p. 165-186, dez. 2004. SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 793-822, set./dez. 2010. VALLE, Raquel da Cunha. Construção e interpretação de escalas do conhecimento: considerações gerais e uma visão do que vem sendo feito no Saresp. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, n. 23, 71-92, jan./jun. 2001. VIANNA, Heraldo Marelím. Avaliações em debate: SAEB, ENEM, PROVÃO. Brasília: Plano, 2003a. VIANNA, Heraldo Marelím Avaliações nacionais em larga escala: análises e propostas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas / DPE, 2003b. 41 p. (Textos FCC, 23) VIANNA, Heraldo Marelím Fundamentos de um programa de avaliação educacional. Brasília: Liber Livro, 2005. 182 p. WERLE; F. O. C. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/03.pdf
--	--	--	---

OBSERVAÇÕES:



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

2 - FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

CAPÍTULO II - DELIBERAÇÃO CEE-SP Nº 111/2012		PROPOSTA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
		Descrição Sintética do Plano de Estágio	Indicar os textos principais da Bibliografia Básica específica para o Estágio
Art. 11 - O estágio supervisionado obrigatório deverá incluir, no mínimo:	Inciso I - 200 (duzentas) horas de estágio na escola, compreendendo o acompanhamento do efetivo exercício da docência nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio e vivenciando experiências de ensino, na presença e sob supervisão do professor responsável pela classe na qual o estágio está sendo cumprido e sob orientação do professor da Instituição de Ensino Superior; (NR)	O plano de estágio deverá incluir:	AZEVEDO, M. C. P. S. de (2004). Ensino por Investigação: Problematizando as atividades em sala de Aula. In: CARVALHO, A. M. P. de (org.). Ensino de Ciências: Unindo a Pesquisa e a Prática . São Paulo: Thomson, 2004.
		1- ATIVIDADES DE OBSERVAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM SALA DE AULA 1.1- RELACIONADAS AO PROJETO DE ENSINO 1.2- RELACIONADAS AO ENSINO EM SALA DE AULA 1.3- RELACIONADAS À APRENDIZAGEM DO ALUNO 2- ATIVIDADES DE REGÊNCIA EM SALA DE AULA 2.1- PLANEJAMENTO DA AULA 2.2- REFLEXÃO SOBRE A ATIVIDADE DE DOCÊNCIA	CARVALHO, A.M.P. Prática de Ensino: os estágios na formação do professor . São Paulo, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1985. CARVALHO, A. M. P. de, GIL-PÉREZ, D. Formação de Professores de Ciências . São Paulo: Cortez, 1993. CARVALHO, A. M. P. de (coord.), A Formação de Professores e a Prática de Ensino . São Paulo: Pioneira, 1988. FAZENDA, I. C. A. et al. A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado . Campinas, SP: Papyrus, 1991. GHEDIN, E.; ALMEIDA, M.I.; LEITE, Y.U.F. Formação de professores: caminhos e descaminhos da prática . Brasília: Líber Livro Editora, 2008. 142 p. GASPAR, A.; MONTEIRO, I. C. C. Atividades experimentais de demonstrações em sala de aula: Uma análise segundo o referencial da teoria de Vygotsky. Investigação em Ensino de Ciências , Rio Grande do Sul, v. 10, n. 2, p. 227-254, 2005. LIBÂNEO, J.C.; PIMENTA, S.G. Formação de profissionais da



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

			educação: visão crítica e perspectiva de mudança. Educ. Soc., v.20, n.68, p. 239-277, 1999. MARTINS, A.F.P. Estágio supervisionado em física: o pulso ainda pulsa... Revista Brasileira de Ensino de Física, v.31, n.3, p.3402-3407, 2009. ROSA, C.W.; ROSA, A. B. Ensino de Física: objetivos e imposições no Ensino Médio. Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias Vol. 4 Nº 1 (2005).
	Inciso II – 200 (duzentas) horas dedicadas às atividades de gestão do ensino, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, nelas incluídas, entre outras, as relativas ao trabalho pedagógico coletivo, conselhos da escola, reunião de pais e mestres, reforço e recuperação escolar, sob orientação do professor da Instituição de Ensino Superior e supervisão do profissional da educação responsável pelo estágio na escola, e, atividades teórico-práticas e de aprofundamento em áreas específicas, de acordo com o projeto político-pedagógico do curso de formação docente. (NR)	O plano de estágio deverá incluir: 1- ATIVIDADES DE OBSERVAÇÃO E PARTICIPAÇÃO 1.1 – QUANTO AO MODELO DE GESTÃO DA ESCOLA: 1.1.1- QUANTO AO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO 1.1.2- QUANTO A COMUNIDADE ESCOLAR 1.1.3- QUANTO AOS PROJETOS DE ENSINO 1.2 – CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA: 1.2.1- QUANTO AO TRABALHO PEDAGÓGICO COLETIVO 1.2.2- QUANTO AO CONSELHO DA ESCOLA E REUNIÕES ESCOLARES 1.2.3- QUANTO AOS PROJETOS DE ENSINO E RECUPERAÇÃO	CONTRERAS, J. Autonomia de professores. São Paulo: Cortez, 2002. CORTELLA, M. S. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. 6a ed. SP: Cortez – Instituto Paulo Freire, 2002. GADOTTI, Moacir. Projeto político pedagógico da escola: fundamentos para sua realização. In: GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. (Org.). Autonomia da escola: princípios e propostas. 2. ed. São Paulo: Cortez, p.77-112, 1997. HAYDT, Regina Cazaux. Avaliação do processo ensino-aprendizagem. São Paulo: Ática, 1988. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização, São Paulo: Cortez, 2003. MENESES, J. G. C. et al. Estrutura e Funcionamento da Educação Básica, Pioneira Thomson Learning, 2004. MUNANGA, K. (Org.). Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: USP; Estação Ciência, 1996. PIMENTA, S.G. O Estágio na Formação de Professores:



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

			Unidade Teoria e Prática? 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. 186 p. PIMENTA, S.G., LIMA, M.S.L. Estágio e Docência. Cortez, São Paulo, 2004. SANTOS, H.M. O estágio curricular na formação de professores: diversos olhares. In 28ª Reunião Anual da ANPED, GT8 – Formação de Professores. Caxambu, 2005. SAVIANI, D. A nova lei da educação- LDB, trajetória, limites e perspectivas, Autores Associados, 2004. SCHMALL, A.V.; et al. Limites e possibilidades do estágio curricular no processo de formação inicial de professores. In: DIAS, M.F.S.; SOUZA, S.C.; SEARA, I.C. (Org). Formação de professores: experiências e reflexões. 1ª ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2006, v.1, p.65-76. VEIGA, I.P.A. Docência: Formação, identidade profissional e inovações didáticas. In: VEIGA, I.P.A. A aventura de formar professores. Campinas, Papirus, 2009, p.23-51. ZIMMERMANN, E. E BERTANI, J.A. .Um novo olhar sobre os cursos de formação de professores. Cad.Bras.Ens.Fís., v.20, n.1: 43-62, 2003.
	Parágrafo único – Os cursos de Educação Física e Artes deverão incluir estágios em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, nos termos deste artigo. (Acréscimo)	Não se aplica	

OBSERVAÇÕES:



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

3- PROJETO DE ESTÁGIO:

Sobre o estágio curricular supervisionado do curso de Licenciatura em Física da Faculdade de Engenharia –Campus de Guaratinguetá- UNESP

Art. 1º. - O estágio curricular supervisionado constitui um conjunto de atividades pedagógicas que tem por objetivo articular a formação ministrada no curso com a prática profissional respectiva, de modo a qualificar o aluno para o desempenho competente e ético das tarefas específicas de sua profissão.

§ 1º - O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, considerando o perfil profissional estabelecido no projeto pedagógico do curso e as diretrizes curriculares nacionais para o curso de Licenciatura.

§ 2º - O estágio curricular implica em atividades diversificadas e adequadas à formação profissional para atuação na docência do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

§ 3º - As atividades do estágio curricular devem ser desenvolvidas com o caráter de investigação da realidade educacional e proporcionar o exercício contextualizado da prática pedagógica, possibilitando a transposição do conhecimento científico em saber escolar.

CAPÍTULO I

DURAÇÃO DO ESTÁGIO E REDUÇÃO DA CARGA POR EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DOCENTE

Art. 2º. - O estágio curricular supervisionado tem a duração de 400 horas na escola de educação básica, de acordo com Artigo 1º da Resolução do CNE/CP 2/2002, levando em conta atividades relacionadas à observação do espaço educacional, planejamento de atividade de ensino e regência de atividades educacionais devidamente supervisionadas.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 3º. - O estágio curricular deverá contemplar atividades de observação, participação e regência, assim como o desenvolvimento de atividades de produção técnico-pedagógica.

§1º. - As atividades de estágio poderão ser desenvolvidas tanto em sala de aula, quanto fora dela, sempre preservando a integridade do Projeto Pedagógico do curso e da instituição que recebe o estagiário.

Art. 4º. - As atividades de estágio serão realizadas nos locais determinados previamente pelos orientadores de estágio, com sugestão dos alunos, entre as seguintes instituições educativas:

I - escolas regulares de ensino fundamental, públicas e particulares, e nas modalidades de educação de jovens e adultos e educação especial;

II – escolas de ensino médio, públicas e particulares;



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

§1º. - Cabe ao professor coordenador de estágio supervisionado avaliar as instalações da parte concedente e sua adequação à formação profissional do educando.

Art. 5º. - O estágio só poderá ser iniciado após celebração de termo de compromisso entre a parte concedente do estágio, a UNESP e o estagiário.

§ 1º. - O termo de compromisso será assinado pelo professor coordenador de estágio supervisionado, como representante da UNESP.

Art. 6º. - São obrigações da UNESP, em relação aos estágios de seus alunos:

I - celebrar termo de compromisso com o aluno e com a parte concedente, incluindo o Plano Geral de Estágio contendo os objetivos previstos, carga horária e tempo de duração, áreas de conhecimento e de atuação profissional a que se referem, bem como as atividades previstas e formas de avaliação;

II - avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III - exigir do estagiário a apresentação de relatório de atividades, como previsto no Plano Geral de Estágio;

IV - zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

V - elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios.

Parágrafo único. Ao termo de compromisso será incorporado o plano geral de estágio.

Art. 7º. – Para serem locais de estágio, as instituições previstas no artigo 5º. deverão observar as seguintes obrigações:

I - celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II - ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem profissional, social e cultural;

III - indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV - informar a UNESP sobre eventuais sugestões e problemas referentes às atividades de estágio;

V - manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DOS ORIENTADORES, SUPERVISORES E ESTAGIÁRIOS

Art. 8º. – Para a realização do estágio deverão ser definidos profissionais responsáveis pelo estágio denominados, respectivamente, de orientador e supervisor.

Art. 9 - São orientadores de estágio os professores da UNESP preferencialmente aquele com formação específica na área de Ensino de Ciências. São supervisores de estágio, professores da instituição concedente indicados pela Direção da instituição.

Art. 10 - São atribuições do Orientador de estágio:

I - responsabilizar-se pelo planejamento, acompanhamento e avaliação do estágio, nos termos deste regulamento e considerando o projeto pedagógico do curso e o perfil profissional do egresso;



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

- II - levantar as instituições que poderão receber os estagiários de cada turma, bem como solicitar a elas sugestões de atividades que possam fazer parte do plano de estágio;
- III - definir com a instituição concedente e com o plano geral de estágio para fins de elaboração do termo de compromisso;
- IV - articular-se com os supervisores, visando propiciar a melhor orientação possível ao estagiário;
- V - encaminhar aos órgãos competentes, em tempo hábil e para as providências cabíveis, a documentação necessária à formalização, desenvolvimento e avaliação do estágio;
- VI - atender as solicitações do Conselho de Curso ou da Comissão Geral de Estágio, relativas ao desenvolvimento e avaliação geral do estágio curricular;
- VII - realizar encontros periódicos (presenciais e virtuais) com os estagiários, em horários previamente estabelecidos no calendário escolar, ou especificamente agendados, para discussão e análise de práticas vivenciadas na realização do estágio;
- VIII - analisar periodicamente os registros dos estágios e orientar a elaboração dos relatórios previstos;
- IX - promover as condições adequadas para o melhor desempenho do estagiário.

Art. 11- São atribuições do Supervisor de Estágio:

- I - conhecer e aprovar o plano de estágio, bem como sugerir atividades que possam ser incluídas no mesmo;
- II - supervisionar o cumprimento das atividades desenvolvidas pelos estagiários, bem como comunicar aos orientadores sobre eventuais problemas observados ou sugestões para melhorar a formação do aluno;
- III - acompanhar e assinar o registro das atividades previstas no projeto de estágio a ser desenvolvido na instituição;
- IV - responder aos contatos dos orientadores de estágio, quando solicitado;
- V - emitir declaração sobre o desempenho do estagiário.

Art. 12 - Compete aos estagiários:

- I - definir com os orientadores de estágio e com a instituição concedente, os projetos de cada área de atuação profissional;
- II - manter contato com a instituição campo de estágio, visando definir as atividades a serem realizadas e formalizar a permissão para que possa nela atuar;
- III - fornecer à Coordenação de Estágio da Turma ou a quem de direito e nas datas estipuladas, todos os documentos solicitados;
- IV - conhecer e observar as normas de cada instituição de estágio e os horários definidos para a realização das atividades;
- V - estabelecer com as pessoas envolvidas no estágio, uma forma adequada de relacionamento e comunicação;
- VI - desenvolver, com ética e responsabilidade, as atividades previstas no plano de estágio;
- VII - respeitar, em todos os sentidos, o ambiente escolar, as pessoas e os compromissos assumidos com as instituições envolvidas no estágio;
- VIII - cumprir as atividades previstas no plano de estágio e comunicar aos Orientadores e Supervisores eventuais problemas ou impedimentos no desenvolvimento das mesmas;



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

IX - manter atualizado o registro das atividades de estágio e apresentá-lo sempre que solicitado pelos Orientadores.

X - cumprir este regulamento e as demais determinações legais referentes aos estágios.

Art. 13 - No exercício de atividades vinculadas direta ou indiretamente aos estágios aplicam-se aos estagiários as normas éticas dos profissionais da área.

CAPÍTULO V

REGISTRO E AVALIAÇÃO DOS ESTÁGIOS

Art. 14 - As atividades de estágio serão registradas pelo estagiário em formulários específicos, de acordo com orientação disponível no manual de estágio.

Art. 15 - A avaliação do estágio será de responsabilidade do professor orientador de estágio supervisionado, com utilização de critérios que considerem a diversidade e qualidade das atividades realizadas, a manifestação da instituição concedente e do estagiário.

§1º. - Os instrumentos de avaliação e a periodicidade da mesma serão definidos pelo professor orientador de estágio supervisionado.

§2º. - Os critérios de avaliação serão informados aos estagiários e à instituição concedente, durante o período de planejamento dos estágios.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16 – Outras possibilidades para a realização do estágio, não previstas neste regulamento, serão previamente submetidas à apreciação da Conselho de Curso de Física da Faculdade de Engenharia do Campus de Guaratinguetá- UNESP.

Art. 17 - Aplica-se em relação ao estágio e estagiário do curso de Licenciatura em Física da Faculdade de Engenharia do Campus de Guaratinguetá – UNESP, no que couber, a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008.

Art. 18 - Para todos os efeitos, o Manual de Estágio do curso de Licenciatura em Física da Faculdade de Engenharia do Campus de Guaratinguetá – UNESP, constitui-se em parte integrante deste regulamento.

Art. 19 - Os casos omissos serão analisados e deliberados pelo Conselho de Curso de Física da Faculdade de Engenharia do Campus de Guaratinguetá- UNESP, ouvido o professor orientador de Estágio.



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

4- EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS:

A seguir, transcrevemos as ementas e bibliografias das disciplinas de formação didático-pedagógica do curso de Física (Licenciatura), da FEG- UNESP:

Disciplina	Ementa	Bibliografia Básica
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	Conhecimentos relativos a elaboração e aplicação de procedimentos de avaliação que subsidiem propostas de aprendizagem progressiva dos alunos e de recuperação contínua. Uso de indicadores de avaliações das Secretarias de Educação e do Ministério da Educação para a melhoria dos processos de ensino.	- AFONSO, Almerindo Janela. Avaliar a escola e a gestão escolar: elementos para uma reflexão crítica. In: ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). Escola, currículo e avaliação. São Paulo: Cortez, 2003. (Série Cultura, Memória e Currículo, v. 5). p. 38-56. - AFONSO, Almerindo Janela. Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. - ANDRADE, Dalton Francisco de. Comparando desempenhos de grupos de alunos por intermédio da teoria da resposta ao item. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, n. 23, p. 31-70, jan./jun. 2001. - BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. - BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Exame Nacional do Ensino Médio: Documento Básico. Brasília, 1998. - BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Inclusão de Ciências no Saeb: documento básico. – Brasília : Brasília: MEC / Inep, 2013. 36 p. - BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Saeb 2001: Relatório nacional. Brasília: MEC / Inep, 2002a. - _____. Saeb 2001: novas perspectivas. Brasília: MEC / Inep, abr. 2002b. 106 p. - _____. Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 8ª série do ensino fundamental. Brasília: MEC / Inep, dez. 2003b. - _____. Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 3ª série do ensino médio. Brasília: MEC / Inep, jan. 2004a. - BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Prova Brasil: avaliação do rendimento escolar. Brasília: MEC / Inep, 2006. - CASTILLO ARREDONDO, Santiago; CABRERIZO DIAGO, Jesús. Práticas de avaliação educacional: materiais e instrumentos. Tradução de Sandra Martha Dolinsky. Curitiba: Ibpex; São Paulo: Unesp, 2009. 386 p. [Original 2003] - CASTRO, M.H.G. Sistemas de avaliação da educação no Brasil: avanços e novos desafios. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>; <www.scielo.br>. Acesso em: 21/4/2015. - CHUEIRI M. S. F. Concepções sobre a Avaliação Escolar. Estudos em Avaliação Educacional, v. 19, n. 39, jan./abr. 2008. Disponível em



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1418/1418.pdf>

- DALBEN, Adilson. **Avaliação institucional na escola de educação básica**: uma aproximação orientada pelos princípios da participação. Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, v. 20, n. 35, p. 133-146, jul./dez. 2010.
- FELIPE, Jesse Pereira. **Uma análise crítica do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo: SARESP**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.
- FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2007. 26 p. (Série Documental. Textos para Discussão, 26).
- FLETCHER, Philip R. A Teoria da Resposta ao Item: medidas invariantes do desempenho escolar. **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 21-28, jan./mar. 1994.
- FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. **A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Educação Contemporânea).
- FREITAS, Luiz Carlos **Ciclos, seriação e avaliação: confronto de lógicas**. São Paulo: Moderna, 2003.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1996.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Avaliações externas podem auxiliar o trabalho pedagógico da escola? In: **EDUCAÇÃO: fazer e aprender na cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2008. 240 p. p. 230-237.
- ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICOS (OCDE). Estrutura e avaliação do PISA 2003: conhecimentos e habilidades em matemática, leitura, ciências e resolução de problemas. Tradução B&C Revisão de Textos. São Paulo: Moderna, 2004.
- _____. **Fatores que interferem no desempenho das escolas: analisando sistemas escolares através do PISA 2000**. São Paulo: Moderna, 2006.
- PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação da aprendizagem - entre duas lógicas**, Artes Médicas, Porto Alegre, 1999.
- RODRIGUES, Margarida Maria Mariano. Avaliação educacional sistêmica na perspectiva dos testes de desempenho e de seus resultados: estudo do Saeb. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **MATRIZES DE REFERÊNCIA PARA AVALIAÇÃO SARESP: Ensino Fundamental e médio**. São Paulo: S E, 2009.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Relatório dos estudos do SARESP 2012**. São Paulo: SE, 2013.
- SARMENTO, Diva Chaves (Org.) **O discurso e a prática da avaliação na escola**. São Paulo: Pontes, 1997.
- SOARES, J.F. Índice de desenvolvimento da Educação de São Paulo – Idesp: bases metodológicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 23, n. 1, p. 29-41, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <www.scielo.br>. Acesso em: 21/4/2015.



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

		- SORDI, M. R. L.; LUDKE, M. Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n2/a05v14n2. - SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian; FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. Políticas de avaliação e gestão educacional: Brasil: década de 1990 aos dias atuais. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 40, p. 165-186, dez. 2004. - SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 793-822, set./dez. 2010. - VALLE, Raquel da Cunha. Construção e interpretação de escalas do conhecimento: considerações gerais e uma visão do que vem sendo feito no Saresp. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, n. 23, 71-92, jan./jun. 2001. - VIANNA, Heraldo Marelím. Avaliações em debate: SAEB, ENEM, PROVÃO. Brasília: Plano, 2003a. - _____. Avaliações nacionais em larga escala: análises e propostas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas / DPE, 2003b. 41 p. (Textos FCC, 23) - _____. Fundamentos de um programa de avaliação educacional. Brasília: Liber Livro, 2005. 182 p. WERLE; F. O. C. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/03.pdf
DIDÁTICA	Serão abordados conhecimentos de História, Sociologia e Filosofia da Educação que fundamentam as ideias e as práticas pedagógicas. Além disso, abordaremos os fundamentos da Didática e das Metodologias de Ensino da Física no Ensino Fundamental e Médio.	- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. São Paulo: Martins Fontes, 1981. - AMARAL, I. A. Os fundamentos do ensino de Ciências e o livro didático. In: FRA CALANZA, H.; MEGID NETO, J. (Orgs.). O livro didático de Ciências no Brasil. Campinas: Komedi, 2006. - ATAIDE, M. C. E. S.; SILVA, B. V. C. As metodologias de ensino de ciências: contribuições da experimentação e da história e filosofia da Ciência. HOLOS, Ano 27, Vol 4, 2011. - AULER, D. Movimento Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS): modalidades, problemas e perspectivas em sua Implementação no ensino de física. In: Encontro de Pesquisa em Ensino de Física, 6, Resumos..., Florianópolis, 1998. - BARROSO, J. Autonomia e gestão das escolas. Lisboa: Ministério da Educação, 1996. - CANDAU, V. M. A didática em questão. Petrópolis, Vozes, 1983. - CASTRO, Amélia D. de. A Trajetória Histórica da Didática. Série Idéias, n.11. São Paulo: FDE, 1991 p.15-25. In <www.crmariocovas.sp.gov.br/amb>. Acessado em 20 de mar de 2006. - CONTRERAS, J. Autonomia de professores. São Paulo: Cortez, 2002. - CORTELLA, M. S. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. 6a ed. SP: Cortez – Instituto Paulo Freire, 2002. - CASTRO, Amélia D. de. A Trajetória Histórica da Didática. Série Idéias, n.11. São Paulo: FDE, 1991 p.15-25. In <www.crmariocovas.sp.gov.br/amb>. Acessado em 20 de Nov. de 2014. - DURKHEIM, E. A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora. In: PEREIRA, L. FORACCHI, M. Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação. 12a ed. São Paulo: Ed. Nacional, p. 34 – 38, 1985. - GADOTTI, Moacir. Projeto político pedagógico da escola: fundamentos para sua realização. In: GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. (Org.). Autonomia da escola: princípios e propostas. 2. ed. São Paulo: Cortez, p.77-112, 1997. - GATTI, S.R.; NARDI, R.; SILVA, D. História da ciência no ensino de física: um estudo sobre o ensino de atração gravitacional desenvolvido com futuros professores. Investigações em Ensino de Ciências – V15(1), pp. 7-59, 2010. - GIL-PEREZ, D., MARTINEZ-TORREGROSA, J., RAMIREZ, L., DUMAS- CARRÉ, A., GOFARD, M. & CARVALHO, A.M.P. Questionando a didática e resolução de problemas: elaboração de um modelo alternativo. Caderno Catarinense de Ensino de Física, 9 (1): 7-19, 1992. - GIMENO SACRISTÁN, J. O currículo: uma reflexão sobre a prática, ARTMED, 1998;



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

		- HECKLER, V.; SARAIVA, M. F. O.; FILHO, S. O. Uso de simuladores, imagens e animações como ferramentas auxiliares no ensino/aprendizagem de óptica. Rev. Bras. Ens. Fis., v. 29, n. 2, p. 267 - 273, 2007. - MEDEIROS, Alexandre. MEDEIROS, Cleide Farias de. "Possibilidades e limitações das simulações computacionais no ensino de Física". Revista Brasileira de Ensino de Física. Vol. 24, No. 02, jun, 2002, pp. 77-86. - MORIN, E. A cabeça bem-feita. Repensar a Reforma, Reformar o Pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. - PACHECO, José A. Currículo: Teoria e Práxis. Porto: Porto Editora, 1996. - PERRENOUD, P. Avaliação: da existência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1999. - PERRENOUD, P. Construir as competências desde a escola. São Paulo, Artmed, 2001. - PIMENTA, S.G.(org.) Reflexões sobre a formação de professores, Campinas, São paulo: Papirus, 2002. - POLYA, G. A arte de resolver problemas (Tradução de How to solve it, 1945). Rio de Janeiro, Interciência, 1995. - SALES, G. L. ; VASCONCELOS, F. H. L. ; FILHO, J. A. PEQUENO, M. C. Atividades de modelagem exploratória aplicada ao ensino de física moderna com a utilização do objeto de aprendizagem de salto quântico. Rev. Bras. Ens. Fis., v. 30, n. 3, p. 3501, 2008. - SANTOS, W. L. P.; MORTIMER, E. F. Uma análise de pressupostos teóricos da análise de pressupostos teóricos da Sociedade) no contexto da educação brasileira. Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências. Belo Horizonte, v.2, n.2, p.133-162, 2000. - SÉRÉ, M. G.; COELHO, S.M.; NUNES, A.D. O papel da experimentação no ensino da Física. Caderno Brasileiro de Ensino de Física. V. 21, numero especial, -nov, 2004. - SILVA, Tomaz Tadeu (org.). Trabalho, Educação e Prática Social: por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. - SANTOS, L.; MOREIRA, A.F. Questões de seleção e de organização do conhecimento. Idéias, São Paulo, n.26, 1995.p.47-65. - SILVA, T.T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autentica, 2001. - WEISSMANN, H. Didática das Ciências naturais: contribuições e reflexões. Porto Alegre, Editora Artmed. 1998. - ZABALA, A. A Prática Educativa. Porto Alegre: Artmed, 1998.
ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	Abordagem sócio-histórica da Educação; Política educacional brasileira; legislação, recursos financeiros e valorização do professor; A organização da escola; O papel do professor na escola; Indicadores e avaliações do desempenho escolar; Especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas; Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação	BARBOSA, P.F. Educação e política indigenista. Em Aberto. Brasília. V.3 n.21. maio/junho, 1984. Disponível em <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2190/1459> BISSOLLI DA SILVA, C. e MACHADO, L.M. Nova LDB: Trajetória para cidadania?, Ed. Arte e Ciência, 1998. BREJON, M. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus, São Paulo, Pioneira, 1991. BRZEZINSKI, I. (org.) LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam, São Paulo: Cortez, 2005. BRASIL. Diretrizes e Bases da Educação Nacional, São Paulo, IMESP. BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB n. 14/99. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Indígena. Brasília, 14 de setembro de 1999. BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB n. 11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 10 de maio de 2000. BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p. BRASIL. Salto Para O Futuro: Educação Especial: Tendências Atuais. Brasília : MEC ; SEED, 1999. 95p. (Série estudos. Educação a distância ; 9). FERNANDES, J. F. O. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. Caderno Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> GADOTTI, M. História das idéias pedagógicas, São Paulo, Ática, 2004. GARCIA, R. L. A Avaliação e suas implicações no fracasso/sucesso In: ESTEBAN, M. T. (Org.). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 29- 49. HADJI, Charles. Avaliação desmistificada. Porto Alegre: Artmed, 2001. HAYDT, Regina Cazaux. Avaliação do processo ensino-aprendizagem. São Paulo: Ática, 1988. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização, São Paulo: Cortez, 2003. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2002. MENESES, J. G. C. <i>et al.</i> Estrutura e Funcionamento da Educação Básica, Pioneira Thomson Learning, 2004. MENEZES, L.C. Formação Continuada de Professores de Ciências, Ed. Autores Associados, 1996 MUNANGA, K. (Org.). Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: USP; Estação Ciência, 1996.



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

		SAVIANI, D. A nova lei da educação- LDB, trajetória, limites e perspectivas , Autores Associados, 2004.
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	Aborda conteúdos que, sob a perspectiva filosófica, avalia temáticas educacionais, buscando evidenciar e discutir aspectos próprios da prática educacional, tanto em relação às suas dimensões histórico-culturais quanto teórica. Busca, portanto, discutir os aspectos lógicos, epistemológicos, éticos, estéticos ou políticos da educação.	ARANHA, M. L. A. Filosofia da educação – 3ª Ed.. São Paulo: Moderna, 2006. BOFF, L. Ética e moral: a busca dos fundamentos. Petrópolis: Vozes, 2003. CHAUI, M. Convite à Filosofia. 12. Ed. São Paulo: Ática, 2006. CURY, Carlos Jamil. Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, 1989. DIMENSTEIN, Gilberto. O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos. 3ed. São Paulo: Ática, 1993. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006 FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. 3ed. São Paulo: Cortez, 1989. GADAMER, H. G. IN: Custódio de Almeida (Org.). Hermenêutica filosófica. Porto Alegre: Edipucrs, 2000. LUFT, E. Sobre a coerência do mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. MARX, K. Textos sobre educação e ensino. São Paulo: Centauro, 2004. FORTES, L. Rousseau: da teoria a prática. São Paulo: Ática, 1995.
FÍSICA MODERNA PARA PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO	Questões metodológicas, epistemológicas, históricas referentes ao ensino de Física Moderna e Contemporânea; Ondas eletromagnéticas e fótons: efeito fotoelétrico; dualidade onda partícula; Relatividade restrita: postulados, dilatação do tempo; contração dos comprimentos; quantidade de movimento e energia relativística; Introdução à relatividade geral: inércia e gravitação; princípio da equivalência; curvatura espaço-tempo; Origens da física quântica:	CARUSO, F.; OGURI, V. Física Moderna, Editora Campus Ltda, 2006. GASPAR, A. Física 3, Editora Ática, SP. LOPES, J. L., A estrutura Quântica da Matéria: do átomo pré-socrático às partículas elementares, editora UFRJ, 2005. LEONEL, A. A.; SOUZA, C. A. Nanociência e Nanotecnologia para o Ensino de Física Moderna e Contemporânea na perspectiva da Alfabetização Científica e Técnica. IN: VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação e Ciências. Florianópolis, 2009. TERRAZAN, E. A. A inserção da física moderna e contemporânea no ensino de física na escola de 2º grau. Caderno Catarinense de Ensino de Física. Florianópolis, v. 9, n. 3, p. 209-214, dez. 1992. TIPLER, P. A.; LLEWELLYN, R. A. Física Moderna, 3a edição, Editora LTC, Rio de Janeiro, 2001.



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

	descargas em gases rarefeitos; dos raios catódicos ao elétron; espectro da radiação térmica; o quantum de ação; raios X e radioatividade; o átomo de Rutherford; o átomo de Bohr; A nova Física: o princípio da exclusão de Pauli; o comprimento de onda de De Broglie; a mecânica ondulatória; o princípio da incerteza; o nêutron e o pósitron; o neutrino e o princípio da conservação da energia; a energia nuclear; A Física de partículas; os mésons; César Lattes e o méson pi; a descoberta dos quarks; o modelo padrão e o bóson de Higgs; Discussão sobre os livros de ensino médio que abordam a Física Moderna como tópico corrente ao aluno de ensino médio.	
FUNDAMENTOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Percurso histórico e principais conceitos da educação ambiental, a partir dos programas internacionais e a política nacional de educação ambiental; Problemática ambiental, proposta	BRASIL. Congresso Federal. Lei n 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental. Institui a política nacional de educação ambiental e dá outras providências. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio). Brasília: MEC, 2000. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais + (PCN+) - Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Brasília: MEC, 2002. CARVALHO, I. C. de M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004. FARIAS, C.R.O.; FREITAS, D. Educação ambiental e relações CTS: uma perspectiva integradora. Ciência & Ensino , vol. 1, número especial, novembro de 2007. LOUREIRO, C.F.B. et al. (orgs.). Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo : Cortez, 2002. MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2000. MORIN, E.; CIURANA, E. R.; MOTTA, R. D. Educar na era da planetária: O pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

	de Tema Transversal nos PCN(s) e o cotidiano escolar; Movimento Ciência, Tecnologia e Sociedade: importante referencial para o professor de Ciências e de Matemática na abordagem da problemática ambiental no contexto de sua prática de ensino.	humana. São Paulo: Cortez, 2003. SANTOS, W.L.; MORTIMER, E.F. Tomada de decisão para ação social responsável no ensino de ciências. Ciência & Educação, v.7, n.1, p.95-111, 2001. TANNOUS, S.; GARCIA, A. Histórico e evolução da educação ambiental, através dos tratados internacionais sobre o meio ambiente. Nucleus, v.5, n.2, out. 2008. Disponível em: file:///C:/Documents%20and%20Settings/XP/Meus%20documentos/Downloads/nucleus%20educa%C3%A7%C3%A3o%20ambiental%20Simone.pdf. UNESCO. Educação ambiental: as grandes orientações da conferência de Tbilisi. Brasília: IBAMA, 1997. UNESCO. Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. Brasília: IBAMA, 1999.
LIBRAS, EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA	Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Acessibilidade e Tecnologia Assistiva. Análise e conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Características da aprendizagem da Pessoa Surda. Compreensão das mudanças necessárias no ambiente educacional para favorecer a Inclusão Escolar. Proposta bilíngüe. Prática de Libras e desenvolvimento da expressão visual.	BAUMEL, R.C.R.C.; RIBEIRO, M.L.S. (Org). Educação especial: do querer ao fazer. São Paulo; Avecamp, 2003. BERSCH, R.C.R. ; Pelosi, M.B. Tecnologia Assistiva: Recursos de Acessibilidade ao Computador. 1. ed. Brasília DF: Ministério da Educação MEC, 2007. BUENO, J.G.S. A educação especial no Brasil: alguns marcos históricos. In: Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno deficiente. São Paulo: EDUC/PUC/FAPESP, 1993. DAMÁSIO, M.F.M. Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez. In: Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007. DECRETO 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Brasília: MEC, 2005. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS. Brasília: SEESP/MEC, 1998. QUADROS, R.M. de. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. QUADROS, R.M. de. O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEESP, 2001. GALVÃO FILHO, T.A. (Org.) ; MIRANDA, T.G. (Org.) . Educação especial em contexto inclusivo: reflexão e ação. Salvador: EDUFBA, 2011. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALMEIDA, M.E. Educação, Projetos, Tecnologia e Conhecimento. São Paulo: Proem, 2001. ALONSO, M. Interdisciplinaridade e novas técnicas: Formando professores. Campo Grande: Editora UFMS, 1999. GALVÃO FILHO, T.A. Tecnologia Assistiva e Educação. In: SOUZA, R. C. S.; BARBOSA, J. S. L. (Org.). Educação inclusiva, tecnologia e Tecnologia Assistiva. 1ed.Aracaju: Criação, 2013, v. , p. 15-38. HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho: O conhecimento é um caleidoscópio. 5ª Edição, Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1998.



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

		MANTOAN, M.T.E. (Org.) Pensando e fazendo educação de qualidade. São Paulo: UNICAMP /NIED, 2000. MANZINI, E.J. (Org.) Educação Especial e Inclusão: temas atuais. 1. ed. São Carlos; Marília: Marquezine & Manzini editora; ABPEE, 2013. MAZZOTA, M.J. S. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1999. OMOTE, S. Aparência e Competência em Educação Especial, in Temas Em Educação Especial I, UFSCar/PPGEEs, 1990,11- 26. PELLANDA, N.M.C.; SCHLÜNZEN, E.T.M.; SCHLÜNZEN, K.Jr. (org). Inclusão Digital: Tecendo Redes Afetivas/Cognitivas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. SASSAKI, R.K. Inclusão – construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997. SCHLÜNZEN, E.T.M. Mudanças nas práticas pedagógicas do professor: criando um ambiente construcionista contextualizado e significativo para crianças com necessidades especiais físicas (2000). Tese (Doutorado em Educação), PUC/SP, São Paulo
INSTRUMENTAÇÃO PARA O ENSINO DA FÍSICA	Conteúdos relativos aos conhecimentos de Física abordados no Ensino Médio a partir da discussão de conceitos, montagem e realização de experimentos de baixo custo, bem como a partir da resolução de problemas. Será discutida também a natureza da Ciência, o papel do experimento na construção do conhecimento científico e no processo de ensino e de aprendizagem da Física.	GASPAR, A - Física 1, Editora Ática, SP. GASPAR, A - Física 2, Editora Ática, SP. GASPAR, A - Física 3, Editora Ática, SP. OSTERMANN, F. A epistemologia de Kuhn. Cad.Cat.Ens.Fis., v.13,n3: p.184-196, dez.1996. SILVEIRA,F.L. A filosofia da ciência de Karl Popper: o racionalismo crítico. Cad.Cat.Ens.Fis., v.13,n3: p.197-218, dez.1996. SILVEIRA,F.L. A metodologia dos programas de pesquisa: a epistemologia de Imre Lakatos. Cad.Cat.Ens.Fis., v.13,n3: p.219-230, dez.1996. SIQUEIRA-BATISTA, R.; SIQUEIRA-BATISTA, R.; SCHRAMM, F.R. A ciência, a verdade e o real: variações sobre o anarquismo epistemológico de Paul Feyerabend. Cad. Bras. Ens. Fís., v. 22, n. 2: p. 240-262, ago. 2005.
METODOLOGIA E PRÁTICA NO ENSINO DA FÍSICA	Serão abordados conhecimentos relativos à produção de material didático, planejamento e gestão de aulas de Física no Ensino Fundamental e Médio.	- ATAIDE, M. C. E. S; SILVA, B. V. C. As metodologias de ensino de ciências: contribuições da experimentação e da história e filosofia da Ciência. HOLOS, Ano 27, Vol 4, 2011. Disponível em: www.ead.unb.br/aprender2013/pluginfile.php/4983/mod_resource/content/1/AS%20METODOLOGIAS%20DE%20ENSINO%20DE%20CIÊNCIAS%20CONTRIBUIÇÕES%20DA%20EXP. Acessado em 14 de nov de 2014 - AZEVEDO, M. C. P. S. de (2004). Ensino por Investigação: Problematisando as atividades em sala de Aula. In: CARVALHO, A. M. P. de (org.). Ensino de Ciências: Unindo a Pesquisa e a Prática. São Paulo: Thomson, 2004. - BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996. - BRASIL. MEC. INEP. Exame Nacional do Ensino Médio: Documento Básico. Brasília, 1998. - BRASIL. MEC. SEF. Parâmetros Curriculares para o Ensino Fundamental. Brasília, 1998. - CARVALHO, A.M.P. Prática de Ensino: os estágios na formação do professor. São Paulo, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1985.



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

		- CARVALHO, A. M. P. de (coord.), A Formação de Professores e a Prática de Ensino. São Paulo: Pioneira, 1988. - CARVALHO, A. M. P. de, GIL-PÉREZ, D. Formação de Professores de Ciências. São Paulo: Cortez, 1993. - COLL, C.; VALLS, E. (2000). A aprendizagem e o ensino de procedimentos. In: COLL, C.; et al. Os conteúdos na reforma: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes. Porto Alegre/BRA: Artes Médicas. - FAZENDA, I. C. A. et al. A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado. Campinas, SP: Papirus, 1991. - GASPAR, A.; MONTEIRO, I. C. C. Atividades experimentais de demonstrações em sala de aula: Uma análise segundo o referencial da teoria de Vygotsky. Investigação em Ensino de Ciências, Rio Grande do Sul, v. 10, n. 2, p. 227-254, 2005. - GHEDIN, E.; ALMEIDA, M.I.; LEITE, Y.U.F. Formação de professores: caminhos e descaminhos da prática. Brasília: Líber Livro Editora, 2008. 142 p. - LABURÚ, Carlos Eduardo; BARROS, Marcelo Alves; KANBACH, Bruno Gusmão. A Relação com o Saber Profissional do Professor de Física e o Fracasso da Implementação de Atividades Experimentais no Ensino Médio. Investigação em Ensino de Ciências, Rio Grande do Sul, v. 12, n. 3, p. 305-320, 2007. - LIBÂNEO, J.C.; PIMENTA, S.G. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. Educ. Soc., v.20, n.68, p. 239-277, 1999. - MARTINS, A.F.P. Estágio supervisionado em física: o pulso ainda pulsa... Revista Brasileira de Ensino de Física, v.31, n.3, p.3402-3407, 2009. - PEDUZZI, L. O. Q. (1997). Sobre a resolução de problemas no ensino da física. Caderno Catarinense de Ensino de Física, 14 (3), 229-253. - PIMENTA, S.G. O Estágio na Formação de Professores: Unidade Teoria e Prática? 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. 186 p. - PIMENTA, S.G., LIMA, M.S.L. Estágio e Docência. Cortez, São Paulo, 2004. - RAMOS, Luciana Bandeira da Costa; ROSA, Paulo Ricardo da Silva. O Ensino de Ciências: Fatores Intrínsecos e Extrínsecos que Limitam a Realização de Atividades Experimentais pelo Professor dos nos Iniciais do Ensino Fundamental. Investigação em Ensino de Ciências, Rio Grande do Sul, v. 13, n. 3, p. 299-331, 2008. - ROSA, C.W.; ROSA, A. B. Ensino de Física: objetivos e imposições no Ensino Médio. Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias Vol. 4 Nº 1 (2005). Disponível em: http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen4/ART2_Vol4_N1.pdf. Acessado em 14 de Nov de 2014. - SANTOS, H.M. O estágio curricular na formação de professores: diversos olhares. In 28ª Reunião Anual da ANPED, GT8 – Formação de Professores. Caxambu, 2005. - SANTOS, W.L.; MORTIMER, E.F. Tomada de decisão para ação social responsável no ensino de ciências. Ciência & Educação, v.7, n.1, p.95-111, 2001. - SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Caderno do Professor: Física: 1ª série. v. 1, 2, 3 e 4. Ciências da Natureza e suas Tecnologias. São Paulo: SE, 2009. - SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Caderno do Professor: Física: 2ª série. v. 1, 2, 3 e 4 Ciências da Natureza e suas Tecnologias. São Paulo: SE, 2009. - SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Caderno do Professor: Física: 3ª série. v. 1, 2, 3 e 4 Ciências da Natureza e suas Tecnologias. São Paulo: SE, 2009. - SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo: Ciências da Natureza e suas tecnologias /Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Luis Carlos de Menezes. – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2011.152 p. - SCHMALL, A.V.; et al. Limites e possibilidades do estágio curricular no processo de formação inicial de professores. In: DIAS, M.F.S.; SOUZA, S.C.; SEARA, I.C. (Org). Formação de professores: experiências e reflexões. 1ª ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2006, v.1, p.65-76. - VEIGA, I.P.A. Docência: Formação, identidade profissional e inovações didáticas. In: VEIGA, I.P.A. A aventura de formar professores. Campinas, Papirus, 2009, p.23-51. - VILLANI, Carlos Eduardo Porto; NASCIMENTO, Sylvania Sousa. A Argumentação e o Ensino de Ciências: Uma Atividade Experimental no Laboratório Didático de Física do Ensino Médio. Investigação em Ensino de Ciências, Rio Grande do Sul, v. 8, n. 3, p.187-209, 2003. - VILLANI, Carlos Eduardo Porto; NASCIMENTO, Sylvania Sousa. A Argumentação e o Ensino de Ciências: Uma Atividade Experimental no Laboratório Didático de Física do Ensino Médio. Investigação em Ensino de Ciências, Rio Grande do Sul, v. 8, n. 3, p.187-209, 2003. - ZIMMERMANN, E. E BERTANI, J.A. Um novo olhar sobre os cursos de formação de professores. Cad.Bras.Ens.Fís., v.20, n.1: 43-62, 2003. - ZOMPERO, A. de F.; LABURÚ, C. E. (2010). As atividades de investigação no Ensino de Ciências na perspectiva da teoria da Aprendizagem Significativa. Revista Electronica de Investigacion en Educacion en Ciencias, 5 (2), 12-19. Disponible en http://reiec.sites.exa.unicen.edu.ar/
PRÁTICA E INSTRUMENTAÇÃO EM QUÍMICA	Técnicas e operações fundamentais de laboratório;	CONSTANTINO, M.G., SILVA, G.V.J., DONATE, P.M., Fundamentos de Química Experimental. São Paulo: Edusp, 2004. GEPEQ – GRUPO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO QUÍMICA. Interações e transformações I – Elaborando conceitos sobre transformações químicas - Guia do Professor. 3ª ed., Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

		preparação e purificação de substâncias químicas; propriedades de soluções; cinética e equilíbrio; termoquímica; eletroquímica.	GEPEQ – GRUPO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO QUÍMICA. Interações e transformações II – Reelaborando conceitos sobre transformações químicas (Cinética e Equilíbrio) - Guia do Professor. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. GEPEQ – GRUPO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO QUÍMICA. Interações e transformações III – A Química e a sobrevivência. Atmosfera – Fonte de Materiais - Guia do Professor. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. ATKINS, P. e JONES, L. Princípios de Química: Questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5ª ed.. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2012.
PSICOLOGIA EDUCAÇÃO	DA	Serão abordados conhecimentos de Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, que fundamentam as práticas pedagógicas em aulas no Ensino Fundamental e Médio.	BORUCHOVITCH, E. & BZUNECK, J.A. A motivação do aluno: Contribuições da psicologia contemporânea. Petrópolis: Vozes, 2001. COLL, C.; PALACIOS, J. & MARCHESI, A. (Orgs) Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. COLL, C. Psicologia e currículo, Editora Ática, São Paulo, 1996. MOULY, G. Psicologia educacional, Editora Pioneira, São paulo, 1976. PERONNETO, S. Psicologia da aprendizagem e do ensino, EPU/EDUSP, São Paulo, 1987. PIAGET, J. A epistemologia genética. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. SKINNER, B. F. Ciência e comportamento humano. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1970. VYGOTSKI, L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Conforme descrito no Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física da FEG- UNESP (página 90), as disciplinas optativas deverão ser desenvolvidas obrigatoriamente em temas que visem o desenvolvimento da formação didático pedagógica do futuro professor.

Nesse sentido, afirmamos que as disciplinas optativas que serão elegíveis para os alunos do curso de Licenciatura, serão apenas as optativas relacionadas aos conteúdos didático-pedagógicos, validadas pelo Conselho de Curso da Física e aprovadas na Congregação da Unidade. Os alunos devem cursar duas disciplinas optativas e, atualmente, temos quatro disciplinas com essas características, cujas ementas e bibliografias descrevemos a seguir, mas é possível que novas disciplinas sejam oferecidas, respeitando-se o disposto no PPP do curso, sobre a exigência da vinculação da disciplina com a formação didático-pedagógica.

Disciplina	Ementa	Bibliografia Básica
ENSINO INFORMAL DE CIÊNCIAS	- Ensino formal, não formal e informal; - Alfabetização em Ciências; - Diferentes perspectivas na Alfabetização Científico-Tecnológica; - Feiras de ciências e ensino informal; - Interfaces na Relação Museu-Escola; - Comunicação científica e divulgação científica; - A teoria sociocultural de Vigotski; - Implicações da teoria de	ARAÚJO, E.S.N.N.; CALUZI, J.J.; CALDEIRA, A.M.A. Divulgação e cultura científica. In: ____ (orgs). Divulgação científica e ensino de ciências: estudos e experiências. São Paulo: Escrituras Editora, 2006. (Educação para a ciência; 7), p. 15-34. AULER, D.; DELIZOICOV, D. Alfabetização científico-tecnológica para quê?. In: Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências. V3(1), pp. 1-13, 2001. BUENO, W. C.. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. In: Revista Informação e Informação, Londrina, v. 15, n. esp, p. 1 - 12, 2010. GASPAR, A. A teoria de Vigotski um novo e fértil referencial para o ensino das ciências. Tese de Livre-Docência – FEG – UNESP, 2006, Guaratinguetá GASPAR, A. Museus e Centros de Ciências – Conceituação e proposta de um referencial teórico. Tese de doutorado – FE – USP, 1993, São Paulo. HARTMANN, A. M.; ZIMMERMANN, E. Feira de ciências: a interdisciplinaridade e a contextualização em produções de estudantes de ensino médio. In: VII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, Florianópolis, 2009. MARANDINO, Martha. Interfaces na relação museu-escola. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, [S.l.], v. 18, n. 1, p. 85-100, jan. 2001. ISSN 2175-7941. MONTEIRO, I. C. C. ; MONTEIRO, Marco Aurélio Alvarenga ; GASPAR, Alberto . Atividade de Leitura de textos de divulgação científica em aulas de física. In: II ENCONTRO INTERNACIONAL LINGUAGEM, CULTURA E COGNIÇÃO: reflexões para o ensino, Belo Horizonte, 2003. SASSERON, L. H.; CARVALHO, A. M. P. C. Alfabetização científica: uma revisão bibliográfica. In: Investigações para o Ensino de Ciências. V16(1), pp. 59-77, 2011.



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

	Vigotski à aprendizagem em museus e centros de ciências;	VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente. Martins Fontes, 2008. VIGOTSKI, L. S. Obras escogidas: historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores (1931)- tomo III. Madrid: Visor, primeira edição 1995, 2000. VIGOTSKI, L. S. Psicologia Pedagógica. São Paulo: Martins Fontes, 2001
DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DE CONCEITOS DE FÍSICA	Ensino de Física. Desenvolvimento da aprendizagem. Desenvolvimento conceitual dos alunos. Formação de conceitos. Construção do conhecimento. Concepção construtiva de ensino. Psicogênese de conceitos e ensino.	BANKS LEITE, L. (1994). Piaget e a educação: exame crítico das propostas pedagógicas fundamentadas na teoria psicogenética. Educação e Realidade, 19(1), 79-88. CASTORINA, J.A. - 1988 - Psicologia Genética: Aspectos Metodológicos e Implicações Pedagógicas. Trad. de J.C.A. Abreu. Porto Alegre. Artes Médicas. 130p. CHAKUR, Cilene Ribeiro de Sá Leite. Contribuições da pesquisa psicogenética para a educação escolar. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, v. 21, n. 3, p. 289-296, Dec. 2005. COLL, C. - 1987 - As Contribuições da Psicologia Genética para a Educação: Teoria Genética e Aprendizagem Escolar in: LEITE, L.B. e MEDEIROS, A.A. - Piaget e a Escola de Genebra. Luci Banks Leite, org.; São Paulo, Cortez, 206p. LEITE, L.B. Piaget e a escola de Genebra, São Paulo, Cortez, 1987. PIAGET, J., GARCIA, R. As explicacions causales, Barcelona, Barral, 1973. PIAGET, J. Introduccion a la epistemologia genética, v.2, Buenos Aires, Paidós, 1975. PIAGET, J. e GARCIA, R. - 1987 - Psicogênese e História das Ciências. Trad. de M.F.M.R. Jesuino. Coleção Ciência Nova, no. 6, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 251p.
INTRODUÇÃO A ASTRONOMIA FUNDAMENTAL	Movimento Diurno. Sistemas de Referências. Transformação de Coordenadas. Princípios de Trigonometria Esférica. Movimento Aparente do Sol. Escalas de Tempo. Movimento Aparente dos Astros. Sistema Solar. Planetas Extra-Solares. Estrelas. Galáxias. Cosmologia. Exploração Espacial.	1. Bozko, R. Conceitos de Astronomia. São Paulo: Edgard Blucher, 1984 2. Friaça, A: Dal Pino, E.; Sodré Jr., L.; Jatenco Pereira V. (org) Astronomia - Uma Visão Geral do Universo. São Paulo: Edusp, 2000. 3. Oliveira Filho, K.; Saraiva, M. Astronomia e Astrofísica. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 2000. 4. Langhi, Rodolpho ; Nardi, Roberto, Educação em Astronomia, Escritura Editoras, 2012. 5. Imke de Pater e J.L. Lissauer, Planetary Sciences, Cambridge Univ. Press, 2001.
ESTRATEGIAS PARA ENUNCIAR E RESOLVER PROBLEMAS DE FÍSICA PARA O ENSINO MEDIO	- Fundamentos pedagógicos envolvidos nos estudos sobre a aprendizagem baseada na resolução de problemas. - A prática do enunciar, resolver e discutir problemas como procedimento didático no ensino de Física objetivos, metodologia e avaliação. - Elaboração, resolução e discussão de problemas para o ensino de Física ao nível do ensino médio, abordando: Mecânica, Calor, Oscilações, Ondas, Óptica, e Eletromagnetismo.	PÉREZ, Daniel Gil et al. Questionando a didática de resolução de problemas: elaboração de um modelo alternativo. Caderno Brasileiro de Ensino de Física , [S.l.], v. 9, n. 1, p. 7-19, jan. 1992. ISSN 2175-7941. Disponível em: < https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/7501/6882 >. COSTA, Sayonara Salvador Cabral da; MOREIRA, Marco Antonio. A resolução de problemas como um tipo especial de aprendizagem significativa. Caderno Brasileiro de Ensino de Física , [S.l.], v. 18, n. 3, p. 263-276, jan. 2001. ISSN 2175-7941. Disponível em: < https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/6663 >. LEITE, L.; AFONSO. A. Aprendizagem Baseada na Resolução de Problemas. Características, organização e supervisão. Boletim das Ciencias, 48, p.253-260, 2001. PEDROSA, M. A.; JOÃO, P. A Aprendizagem Baseada na Resolução de Problemas na Educação em Ciências para a Sustentabilidade. In LEITE, L.; AFONSO, A. S.; DOURADO, L.; MORGADO, S.; VILAÇA, T. Encontro sobre Educação em Ciências através da Aprendizagem Baseada na Resolução de Problemas. ATAS : Universidade do Minho, Braga, 2013. ALVARENGA, B. & MÁXIMO, M. - Curso de Física , Volume 1, Editora Scipione, SP. ALVARENGA, B. & MÁXIMO, M. - Curso de Física , Volume 2, Editora Scipione, SP. ALVARENGA, B. & MÁXIMO, M. - Curso de Física , Volume 3, Editora Scipione, SP. ASTOLFI, J. P. & DEVELAY, M. - A didática das ciências , Papirus, S. Paulo. GASPAR, A - Física - Volume 1, Editora Ática, 2000, SP. GASPAR, A - Física - Volume 2, Editora Ática, 2000, SP. GASPAR, A. - Física - Volume 3, Editora Ática, 2000, São Paulo



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 3255-2044

CEP: 01045-903 - FAX: Nº 3231-1518

INSTITUIÇÃO

		HECHT, E. - Física em perspectiva , Addison-Wesley Iberoamericana 1987, Wilmington. HEWITT, P. G. Física Conceitual , Bookman, 2002, Porto Alegre PHYSICAL SCIENCE STUDY COMMITTEE – FÍSICA , Parte I, Editora Universidade de Brasília, 1967, Brasília PHYSICAL SCIENCE STUDY COMMITTEE – FÍSICA , Parte II, Editora Universidade de Brasília, 1967, Brasília PHYSICAL SCIENCE STUDY COMMITTEE – FÍSICA , Parte III, Editora Universidade de Brasília, 1967, Brasília PHYSICAL SCIENCE STUDY COMMITTEE – FÍSICA , Parte IV, Editora Universidade de Brasília, 1967, Brasília
--	--	--

IMPORTANTE:

- 1) O Parágrafo único do Art. 12 da Deliberação CEE nº 111/2012 estabelece que *“as alterações decorrentes da presente norma serão motivo de análise nos processos de reconhecimento e renovação do reconhecimento dos cursos correspondentes”*;
- 2) Na análise dos processos de Reconhecimento/Renovação de Cursos, devem ser considerados os termos do §2º do Art. 10 da Deliberação 99/2010: *“Cursos com avaliação igual ou superior a 4 (quatro) no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), terão prorrogado o seu Reconhecimento enquanto perdurar esse desempenho”*.